



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO
PARANAÍBA**

ATA NA ÍNTEGRA DA 127ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: Sede Regional SISEMA – Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG

Data: 27 de abril de 2016 às 09h00min

Aos 27 (vinte e sete dias) dias do mês de abril do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), realizou-se na Sede Regional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), situada na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Bairro Centro, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 127ª (centésima vigésima sétima) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Ricardo Rodrigues de Carvalho, 1º (primeiro) Suplente da Presidência; Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Noroeste de Minas; Sr. Guilherme Augusto Duarte de Faria, 2º Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Sr. Eustáquio Sidney Milanez Júnior, 1º Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); Sr. Danilo Porto Campos, Titular da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP); Sr. Major André Márcio Alves Rodrigues, Titular da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Alam Baena Bertolla dos Santos, 1º (primeiro) Suplente da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sr. Hélio Francisco Queiroz, 1º Suplente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA); Sr. José Antônio Leandro, 1º Suplente da Prefeitura do Município Sede da Unidade Regional Colegiada – Uberlândia, Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Sr. Marcelo Gouveia Guimarães, 1º Suplente do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – PN3; Sr. Rui Gomes Nogueira Ramos e Sr. Thiago Alves do Nascimento, Titular e 1º Suplente, respectivamente, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sra. Elaine Cristina Ribeiro Lima, Titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Gervânio Luiz Pereira, 2º Suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Sr. Fernando Ruas Machado, Titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/MG); Sr. Rodrigo Borges de Melo, Titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Sr. Antônio Geraldo de Oliveira, 2º Suplente da ONG Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (ANGÁ); Sr. Rodrigo de Castro Amedee Peret, Titular da ONG Ambiente e Educação Interativa (AMEDI); Sr. Felipe Moraes Russo, Titular do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/ARAXÁ) e Sra. Glaucimar Soares da Silva Vieira, Titular do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA). RICARDO (PRESIDENTE): Vamos dar início então à nossa reunião. É um prazer mais uma vez estar aqui em Uberlândia. Então vamos dar início à pauta da 127ª (centésima vigésima sétima) Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede Regional do SISEMA, Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Centro, Uberlândia-MG, no dia 27 de abril de 2016, às 09 horas. Eu vou convidar a todos para a Execução do Hino Nacional Brasileiro. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em exercício, Dr.**



Nalton Sebastião Moreira da Cruz. Com isso eu declaro aberta a reunião da pauta da 127ª em nome Dr. Nalton Sebastião Moreira da Cruz, Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Antes de passarmos ao item 3 Comunicado dos Conselheiros e Assuntos gerais, eu vou abrir a palavra ao Superintendente Regional, Dr. Franco, pois não. FRANCO (SUPRAM): Bom dia a todos; senhores Conselheiros, senhoras Conselheiras presentes. Eu, com muita tranquilidade peço uso da palavra, Ricardo, para externar uma situação que tomei conhecimento agora pela manhã, do afastamento da nossa colega da SUPRAM Leste, por uma ação ajuizada pelo Ministério Público. Naturalmente, eu não quero aqui fazer a defesa, se ela é culpada ou não, isso cabe à justiça, mas eu quero de qualquer forma externar, não só a ela, mas a todos os meus colegas Superintendentes, a quem já foi Superintendente, eu tenho pelo menos dois aqui presentes, temos o Ricardo de Unaí. Para externar o que é a vida de um Superintendente, a pressão que nós aguentamos, que nós suportamos diariamente dos empreendedores, isso é fato, todo mundo conhece, sabe disso, a escassez de recursos que nós temos. Não é fácil, ou seja, você tem de um lado a escassez, você não tem dinheiro para nada. Tem falta de servidor, falta de estrutura. De um lado o empreendedor querendo uma resposta do Estado, você tem a sociedade civil, naturalmente e legitimamente, exigindo que essa resposta seja qualificada porque afinal nós temos que preservar o nosso bem maior, que é o Meio Ambiente. Mas, só quem está nesse cargo sabe o que é estar nesse cargo. Nós temos que lidar com as demandas dos servidores que também são legítimas. Então, é um conjunto de fatores que recaem nas costas dos Superintendentes, as demandas, também legítimas, do Ministério Público, que são dezenas por dia, não é por mês; são dezenas por dia; basta analisar que a SUPRAM Triângulo atende 67 Municípios. Então, nós recebemos demandas de inúmeros órgãos do Ministério Público; o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal. Então, eu quero, não efetivamente me solidarizar com a Maria Helena, porque honestamente não sei qual é o contexto do processo, mas quero aqui registrar em meu nome, em nome de meus colegas Superintendentes que isso precisa ser revisto, a nossa condição precisa ser revista e eu sempre falo, por um salário, que eu faço questão de externar aqui também, vergonhoso, totalmente e absurdamente incompatível com a função. Alguém me perguntou um dia, conversando, quanto ganha um Superintendente, alguém falou ah uns 15 mil reais, eu falei como? Nós trabalhamos, eu, o Dr. Ricardo, que também assim como eu largou o escritório dele e assim outros colegas trabalhamos por R\$ 3.500,00 por mês. Então, me causa assim, eu estou consternado, estou preocupado porque toda hora nós temos que lidar com situações difíceis. Recentemente, o Banco do Brasil tomou uma medida, talvez até legal, de exigir uma série de documentos dos empreendedores, dos produtores rurais e não organizou isso com a SEMAD. Qual a consequência disso? Os senhores e as senhores viram aqui hoje embaixo, metade daquele pessoal que estava aqui embaixo veio atrás de regularização em função de atender as demandas do Banco do Brasil principalmente, porque precisa naturalmente fazer o seu custeio. Então, a situação é crítica, viu Secretário; eu quero aqui externar, eu repito, eu não sei qual é a situação da Maria Helena, mas nós Superintendentes somos obrigados diariamente assinar Termos de Ajustamento de Conduta, que são vários por dia, ainda mais agora com o regramento, obrigados a assinar Licenças Classe 3 e Classe 4 sozinhos, sem mais a participação dos senhores e das senhoras. Então, é um cargo de extrema responsabilidade, nós não temos, infelizmente, o aparato que nós precisamos, não quero fazer aqui discussão política, longe disso; mas é de conhecimento público e notório que a SEMAD, pelo menos ao longo dos últimos 10 anos vem sendo deteriorada. Ai vocês perguntam, como que pode um órgão, a SUPRAM que arrecada aproximadamente um milhão de reais por mês, essa SUPRAM aqui não ter recursos? Então, estou consternado com essa situação, faço questão de ressaltar isso aqui e deixar isso gravado



em Ata, porque é muito triste ver a colega Maria Helena, repito, culpada ou não, não sei, não cabe a mim dizer, mas é muito triste essa situação, porque é uma situação que eu corro risco, Dr. Ricardo corre risco, todos os meus colegas, porque a nossa responsabilidade é muito grande, por mais que a gente tente fazer tudo com muito esmero e cuidado, a pressão é muito grande. Obrigado a todos e bom dia. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Franco. Eu só vou dizer, sem maiores delongas, que eu concordo inteiramente com a sua colocação e só fazer uma correção, o salário não é R\$ 3.500,00, o salário é R\$ 2.520,00 e tem uma gratificação de R\$ 800,00; com um vale alimentação de R\$ 300,00 que a partir de agora, do dia 1º de Maio não será mais pago, parece que serão R\$ 15,00 por dia trabalhado, com ajuda de alimentação. Então, de fato é vergonhoso, mas vamos em frente. Vou passar ao item Comunicado dos Conselheiros e Assuntos gerais. Antes de abrir a palavra aos nobres Conselheiros, tem um pedido de inscrição da Coordenadora do Parque do Pau Furado, para fazer uma manifestação. Sra. Mariane Mendes. Não está presente? EDYLENE (CHEFE REGIONAL IEF TRIÂNGULO): Bom dia a todos. Em nome da Mariane, eu gostaria de convidar a todos os Conselheiros para conhecerem o Edital do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Pau Furado que está aberto, para quem tiver interesse em se candidatar, para fazer parte do Conselho do Parque Estadual do Pau Furado. RICARDO (PRESIDENTE): Muito obrigado. Vamos então, ao item **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos gerais.** A palavra está aberta. Pois não, Antônio. ANTÔNIO GERALDO (ANGÁ): Isso aí que o Dr. Franco falou aqui, a sociedade civil já vem cobrando isso há um tempo. Foi sucateada a SEMAD, apesar de arrecadar o que arrecada hoje. Eu falei em outras reuniões e a SEMAD deixa a desejar. Não tem funcionário, tem a questão de salário, o Franco falou aí; isso é duro da gente escutar isso, e com as responsabilidades. E mais, Franco, essas licenças que vão 03 e 04 aí, o que vai acontecer? Como não tem participação da sociedade mais, as associações vão entrar contra você, contra os demais Superintendentes, com ação civil pública, para ajudar ao Ministério Público também, porque aí já não tem a nossa participação, nós temos que recorrer a isso. Então, infelizmente, vi hoje de manhã ali o tanto de gente que tem ali, não tem como atender esse pessoal e muito menos de emitir as outorgas ou licenças para eles. Infelizmente está aqui o protesto, eu como representante da sociedade civil, é com relação não só ao Governo do Estado, mas à própria União também, estão fazendo todo um retrocesso na área ambiental. Infelizmente. FREI RODRIGO (AMEDI): Também gostaria de fazer minhas palavras as palavras do Antônio Geraldo e sublinha que nós estamos vivendo um processo muito complexo em relação à questão ambiental, uma vez que a cada dia nós presenciamos uma maior flexibilização na questão dos processos. Dr. Franco colocou de uma forma bastante apropriada, nós temos no caso de Minas Gerais, o acordo firmado entre o Estado de Minas, o Estado do Espírito Santo, Governo Federal, que é vergonhoso, que faz com que o criminoso tenha total domínio sobre as vítimas, criando uma Fundação que de fato vai gerir e quando você olha que Fundação é essa são os mesmos que perpetraram o crime. Então, eu acredito que nós temos que tomar enquanto sociedade civil cada vez mais uma postura forte. E eu gostaria também de fazer uma solicitação, que nós nos ativéssemos ao Calendário de reuniões do COPAM. Está se tornando ordinário aquilo que é extraordinário e isso dificulta muito para nós, pelo menos para mim que sou Conselheiro, a gente tenta preservar no calendário nosso, na agenda as datas e a gente sabe como que é difícil para fazer o acompanhamento do processo quando a gente faz vista e etc. Então, traz um transtorno muito grande, porque a gente não tem estrutura nenhuma para fazer isso. Então, eu gostaria de fazer essa solicitação também. Obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Rodrigo. Vamos ao item **4. Exame da Ata da 126ª RO de 31/03/2016.** Em relação a essa Ata a gente precisa fazer uma correção. Às linhas 64 e 65 da Ata onde se lê “*Audiência Pública Projeto de Mina Potássia da Verde Fertilizantes, que será realizado dia 20 de abril de 2016 às 18 horas e 30*



minutos”, leia-se “Audiência Pública Projeto de Mina Potássia da Verde Fertilizantes, que será realizado dia 28 de abril de 2016 às 18 horas e 30 minutos”. Então, apenas essa correção com relação à data da Audiência Pública Projeto de Mina Potássia da Verde Fertilizantes. Aos que concordam com a Ata da 126ª RO permaneçam como estão. Pois não Rodrigo. FREI RODRIGO (AMEDI): Abstenção, por não estar na última reunião, devido a essas mudanças de data. RICARDO (PRESIDENTE): Registrado então a abstenção do Frei Rodrigo. A Ata da 126ª RO encontra-se aprovada. **Item 5. Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação Corretiva:** Item 5.1 Vale Fertilizantes S.A. - Lavra a céu aberto com tratamento a úmido minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento - Patrocínio/MG - PA/Nº 17414/2007/007/2015 DNPM 804.380/1969 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. **RETORNO DE VISTAS pelos Conselheiros Thiago Alves do Nascimento representante da FIEMG, Márcio Adriano Bocchio representante da FEDERAMINAS e Antônio Geraldo de Oliveira representante da ONG ANGÁ.** Item 6. **Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação - “Ampliação”:** 6.1 Usina Cerradão Ltda. - Destilação de álcool, fabricação de açúcar, produção de energia termoeletrica - Frutal/MG - PA/Nº 10203/2006/013/2015 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Destaque. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Como eu havia falado com o Presidente da mesa a respeito. RICARDO (PRESIDENTE): Sim. A gente vai fazer a leitura da pauta integralmente e depois a gente vai fazer a inversão na votação do Item 6.1 com o Item 7.2. A gente vai votar primeiro, quando da votação, o item 7.2. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. FELIPE RUSSO (CEFET): Perdão, eu queria intervir para pedir Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Eu vou pedir aos Conselheiros que façam o destaque no momento adequado, para não ter nenhum problema com o regimento. Vamos ao Item 7. **Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação:** 7.1 Usina de Laticínios Jussara S.A. - Preparação de leite e fabricação de produtos de laticínios - Araxá/MG - PA/Nº 22342/2008/002/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Destaque. GLAUCIMAR (CODEMA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 7.2 Usina Cerradão Ltda. - Compostagem de resíduos industriais; destilação de álcool; fabricação de açúcar; linha de transmissão de energia elétrica; posto de combustível; produção de energia termoeletrica; repontenciação de geração de bioeletricidade sucoenergética; subestação de energia elétrica; viveiro de produção de mudas - Frutal/MG - PA/Nº 10203/2006/009/2015 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Destaque e estou pedindo em função da ordem de votação. Eu pediria no primeiro e estou pedindo nesse também. RICARDO (PRESIDENTE): Item 7.3 Distribuidora de Combustíveis Masut Ltda. - Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos - Uberlândia/MG - PA/Nº 00133/1988/005/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 7.4 Icatril - Indústria de Café do Triângulo Ltda. - Torrefação e moagem de grãos - Uberlândia/MG - PA/Nº 0056/1987/006/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Nesse item 7.4 temos um destaque da SUPRAM. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 8. **Processo Administrativo para exame de Adendo à Revalidação da Licença de Operação:** 8.1 Vale Fertilizantes S.A. - Exploração e beneficiamento de minério de fosfato, mineroduto e unidade de ultrafinos e barragem de contenção de rejeitos/resíduos - Tapira - PA/Nº 0001/1988/013/2007 DNPM 930.785/1988 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. FREI RODRIGO (AMEDI): Destaque. ANTÔNIO GERALDO (ANGÁ): Destaque. FELIPE RUSSO (CEFET): Destaque. RICARDO



(PRESIDENTE): Item 9. **Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença de Instalação Corretiva:** 9.1 Vale Fertilizantes S/A - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis - Araxá/MG - PA/Nº 02826/2001/004/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Voltando aos processos, só para fazer a votação do único processo que nós não tivemos destaque na pauta, é o Item 9.1. Aos que concordam com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. Item aprovado. Então, fica aprovado o item 9.1 da pauta. Voltamos agora à sequência da pauta, fazendo o destaque em cada item. No item 5.1 Vale Fertilizantes S/A, é um processo de RETORNO DE VISTAS pelos Conselheiros Thiago Alves do Nascimento representante da FIEMG, Márcio Adriano Bocchio representante da FEDERAMINAS e Antônio Geraldo de Oliveira representante da ONG ANGÁ, eu vou abrir a palavra aos Conselheiros, para que seja colocada o posicionamento em relação à vista.

ANTÔNIO GERALDO (ANGÁ): Bom, eu acho que é de conhecimento, eu mandei o nosso parecer. Eu gostaria de ir na conclusão, item 1 e 2 aqui; acho que isso é uma criação de RPPN, tem que ser uma vontade da empresa, mas que a gente gostaria, nós da Sociedade civil gostaríamos que essas Reservas Legais fossem transformadas em RPPN. Mesmo porque isso é para benefício do Município, tem ICMS Ecológico, isso traz algum benefício para o Município. Com relação a duas atividades; uma delas estava previsto na LI anterior, que é a questão do posto de combustível que era Classe 1 e agora é Classe 5 e mais o aterro para resíduos não perigosos e a retificação de curso d'água que não estava presente na LI anterior. Então, a gente queria saber da SUPRAM com relação a essa compensação ambiental. A gente viu que na anterior, a LI, foi compensado, mas não existia essas atividades aqui de Classe 5. Então, a gente acha que deve sim fazer aquela Condicionante que a gente tem costume de colocar aqui com relação a isso. Bom, outra que a gente viu no relatório é a questão das relocações de famílias lá. Está proposto com relação à mudança de Igreja, Centro Comunitário, para outros locais aonde vão as famílias, mas lá cita somente a anfitriã, que vai 09 famílias, a questão do Morro Alto que é vizinho, mas a mais impactada é a Comunidade de Lagoa Seca que vão 26 famílias. A estrutura lá está no limite, não sei se caberia uma Condicionante, mas que seja negociado com o Conselho Comunitário Lagoa Seca e o Conselho Comunitário da Pastoral, porque às vezes chega lá já pronto e fala só faz isso aqui; isso preocupa um pouco. Eu tenho outras dúvidas aqui, não sei se seria de colocar como Condicionante. A questão da ferrovia, que joga tudo para cima da União, do IBAMA, mas nos preocupa essa questão do desdobro desses licenciamentos, teria que ter até o final. Araxá tem licença, mas não tem a ferrovia, qual seria o impacto lá? Isso não traz no processo. Então, nós da Sociedade civil preocupamos com o dano sócio ambiental, em 03 Distritos e 02 Cidades; Salitre, São Benedito, Catiara, Ibiá e a própria Araxá. A gente sabe que esse movimento vai aumentar muito. Eu acho que deveria ter pelo menos uma Condicionante referente à regularização dessa estrada. Segundo o Sebastião, Gerente do IBAMA, esse trecho tem 06 ou 07 autuações de descarrilamentos de combustível, de grãos, todos do lado do Rio Salitre, São João. Então, nos preocupa com relação a isso. Com relação ao impacto em Patrocínio diminuiu muito porque não tem a Barragem, a gente acha que isso é até um ganho, apesar da gente pensar que pode ser um desdobro também, porque está deslocando as famílias de onde estava previsto a Barragem, a gente não sabe amanhã, podem dar entrada nesse processo de Barragem de Rejeitos. Nos preocupa também a questão de outro dano, que eu não tenho certeza, se sai da Barragem de Araxá, que é a questão da Represa de Nova Ponte, que está enchendo de aguapé e vai chegar um ponto aí que nem navegar na parte da Represa de Nova Ponte vai ter condições. Segundo o pessoal, essas Barragens de Rejeitos de Araxá, despejam no Capivara e é justamente de onde está saindo essas algas. Inclusive, no dia da Audiência Pública a gente denunciou isso lá para o Dr. Breno, para dar uma olhada nessa



246 questão. Talvez esses monitoramentos que estão fazendo nessas Barragens não estão sendo a
247 realidade. Então, eu vou deixar aqui essa questão porque a gente entende que está tendo um
248 desdobro de licenciamento. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado, Antônio. Antes de voltar
249 e fazer as considerações a respeito das colocações do Antônio, eu vou abrir a palavra ao
250 Thiago, representante da FIEMG, pois não Thiago. THIAGO (FIEMG): Bom dia,
251 Conselheiros. Bom dia, Sr. Presidente, empreendedores, técnicos. Bom, o nosso Parecer de
252 vista retorna em conjunto com a FEDERAMINAS, até por questões de celeridade processual,
253 em razão do processo ter 10 pastas. Então, foi um consenso entre nós e examinado o processo
254 nós examinamos um histórico do licenciamento que nós colocamos aqui no Parecer e
255 entendemos que as Condicionantes propostas pelo Parecer da equipe técnica da SUPRAM
256 atendem ao licenciamento. Então, nós somos favoráveis ao Deferimento da Licença e vamos
257 acompanhar o relatório técnico da SUPRAM. Só para que a gente possa constar, algumas
258 dessas dúvidas que o Conselheiro levantou, ele poderia ter sanada se ele tivesse participado de
259 todas as reuniões que foram oferecidas ao Conselheiros aqui da mesa. Novamente, é uma
260 pena. Mas, nós vamos deixar a equipe técnica da SUPRAM e o empreendedor também deve
261 estar para se manifestar e tirar as dúvidas dele. Obrigado. RICARDO (PRESIDENTE):
262 Obrigado, Thiago. Eu vou abrir a palavra para um destaque feito pelo CEFET, pois não.
263 FELIPE (CEFET): Bom dia, em primeiro lugar eu queria pedir desculpas pela inexperiência.
264 Perdão, me confundi, eu achei que lesse a pauta toda e depois pedia destaque, prometo que na
265 próxima reunião isso não vai acontecer. Mas, a parte que eu queria colocar do destaque é que
266 após ler o documento, não tem sombra de dúvida sobre os impactos gerados para Patos, a
267 gente tem um ganho muito grande e do ponto de vista ambiental, do somatório dos elementos,
268 a partir do momento que a gente passa a utilizar uma área já degradada aqui de Araxá, a gente
269 tem um fator que colabora para a gente aprovar. Eu acho que no ponto de vista técnico, seria
270 insensatez aqui, de nós Conselheiros, reprovarmos uma coisa que está gerando impacto
271 ambiental muito menor. Mas, colaborando também com o que o Sr. Antônio falou e li no
272 documento, num parágrafo específico, na página 16, tem um relato lá que fala que *“alguns*
273 *pontos de água da região apresentaram-se impróprios para consumo humano, dessedentação*
274 *animal, irrigação e recreação”*. Isso do ponto de vista local não tem problema nenhum, é o
275 que a gente chama de background, é a natureza da água, é a geologia que faz, então, são os
276 elementos que fazem para não ter impacto, mas a partir do momento que a gente pega esse
277 minério e leva para Araxá, isso preocupa. Preocupa pelo seguinte motivo, a gente tem a
278 umidade que fica retida no material e é um volume de água considerável, de 15 a 20%
279 dependendo da eficiência do rebaixamento da mina. Isso daí, de forma indireta gera um
280 transporte de água para o local, que a grosso modo, pelo volume gerado que é de 7 milhões de
281 toneladas, é em torno de 1 milhão de toneladas de água ou em equivalência de litros, 1 bilhão
282 de litros de água contida dentro do solo. A partir do momento que você pega esse material e
283 coloca no beneficiamento, essa água se dilui e eles passam a participar dos efluentes do
284 Capivara. E a pergunta minha, que eu queria colocar, e como Condicionante é a garantia de
285 que o background local de Araxá seja respeitado, a gente não limita efluentes que sejam fora
286 do padrão para o local. Essa é a minha colocação, foi por isso que eu pedi para poder discutir
287 aqui com vocês e queria ver o posicionamento da contraparte sobre esse argumento.
288 RICARDO (PRESIDENTE): Bom, feitas as colocações, eu vou abrir a palavra para alguma
289 outra manifestação da equipe técnica da SUPRAM para esclarecer as questões colocadas pelo
290 Antônio e pelo Conselheiro da CEFET. E se tiver algum representante do empreendedor que
291 queira fazer uso da palavra para esclarecimentos das questões, vai ser bem-vindo. Na
292 sequência eu vou abrir a palavra ao senhor, pois não. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): O gestor
293 do processo é o Amilton, depois ele vai complementar as perguntas. Com relação ao Felipe
294 Russo e ao Antônio Geraldo, as dúvidas, é o seguinte, no Córrego ocorre o monitoramento,



295 não seria o Background, porque muito é lançado de esgoto. Então, muito o que causa em
296 Nova Ponte é o lançamento irregular de esgoto de Municípios, dentre eles o de Patos de
297 Minas, que agora está com 30% de tratamento e vai direto lá para Nova Ponte, certo? A
298 Estação de Patrocínio foi a autuada várias vezes, está operando a 50% só de tratamento.
299 Então, a gente vai ver os monitoramentos, foi bem colocado como o Conselheiro falou, mas aí
300 no caso é o monitoramento da Vale de Araxá, mas não casa a gente revê realmente os
301 conceitos dos Municípios, que é o fósforo lançado nos tratamentos; os Municípios que não
302 tem o tratamento ainda, um dos poucos, Patrocínio tem, mas não está funcionando a contento
303 e Patos de Minas está com capacidade bem abaixo do que o licenciamento deles que é de
304 100% de tratamento. Então, o fósforo está indo direto e isso está impactando. FELIPE
305 RUSSO (CEFET): Concordo plenamente com o que você falou, com as colocações. A gente
306 não pode culpar a mineradora de tudo, porque na verdade eu acho que a verdadeira causa do
307 evento colocado pelo Sr. Antônio provavelmente seja os efluentes, mas ao mesmo tempo a
308 minha preocupação com a mudança da qualidade do efluente dentro do Córrego Capivara. E
309 pelo processo, a recirculação de água é obrigatória, faz parte do processo, quando a gente
310 entra nesse período de seca tem uma tendência de concentrar esses elementos, que para a
311 região de Patrocínio estão de acordo, mas para a região de Araxá me preocupa. Então, a
312 Condicionante que eu queria colocar é o controle de água na saída do sistema de águas das
313 Barragens da Vale Fertilizantes, para garantir o background do local, ou seja, o background da
314 mina, ou seja, respeitando a qualidade da água do local que sai à jusante, para a gente ter
315 certeza que a gente não vai ser afetado pela qualidade da água de Patrocínio que vai ser
316 lançada no efluente, só isso. ANTÔNIO GERALDO (ANGÁ: Sr. Presidente, ele falou
317 efluente de Patos de Minas; Patos de Minas está lá no Paranaíba, então não tem nada a ver
318 com a Nova Ponte aqui e além disso, todos esses águas-pés que estão em grande quantidade é
319 bem à montante do lançamento de Patrocínio, bem à montante de talvez, Perdizes, eu não sei
320 se também Perdizes é para esse lado. Então, está bem à montante, pode ser que seja de Araxá,
321 eu não conheço. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Inclusive no passado foi assistido o
322 zoneamento que foi feito pela ANA (Agência Nacional das Águas), da represa de Nova Ponte,
323 por isso que eu estou comentando. Há um estudo já de onde é feito e de onde é o problema do
324 esgoto. Foi detectado que não podia ser tanque rede lá justamente pelo lançamento do esgoto
325 de Patrocínio, certo? Agora, se o senhor está falando a gente tem até que rever o ato da ANA,
326 porque foi um zoneamento que ela fez para os tanques redes e foi citado no documento deles
327 o nome dos Municípios. ANTÔNIO GERALDO (ANGÁ): Pode ser que seja esse de
328 Patrocínio, preocupa a parte alta e o esgoto de Patrocínio, acredito que esse efluente não vai
329 lá, porque são muitos quilômetros. AMILTON (SUPRAM): Eu vou tentar responder, foram
330 muitos questionamentos. Com relação a RPPN, eu gostaria que a empresa se manifestasse,
331 nós entendemos que o Parecer do jeito que foi elaborado atende. Então, a RPPN é uma
332 Reserva Particular de Patrimônio Natural, a iniciativa acho que é melhor discutir com o
333 empreendedor. Em relação às atividades, o escopo, o processo, foi reduzido
334 significativamente, a Área Diretamente Afetada (ADA) inicialmente era de mais de mil
335 hectares e a ADA hoje é de 558,000 hectares. Então, algumas estruturas que eram Classe 6,
336 com alto potencial poluidor, como por exemplo, a Barragem de Rejeito, ela não vai mais
337 existir no processo. quando a empresa apresentou a compensação prevista na Lei Federal de
338 Unidades de Conservação, onde recolheu mais de dois milhões e setecentos mil reais junto ao
339 Estado, ela fez a compensação considerando o projeto como um todo. Inclusive, estruturas
340 que não mais vão existir no projeto, como por exemplo, a Barragem de Rejeito, a Unidade de
341 Tratamento de Minerais, então, eu acho que compensaria uma coisa pela outra, você tem 02
342 atividades hoje e já teve outras atividades que já compensaram e não vai mais existir. Com
343 relação ao licenciamento de Ferrovias e Rodovias Federais, a competência para esse tipo de



licenciamento é do órgão federal, do IBAMA, de acordo com o Decreto Federal nº 8437/2015. Então, eu acho que, eu não sei como é o licenciamento ambiental do IBAMA, mas se tiver espaço para a Sociedade Civil participar é o momento de ir no IBAMA quando solicitar e discutir isso lá. Nós, no Estado, no passado, nós licenciávamos este tipo de empreendimento e a partir de 2015 com este Decreto Federal, as Rodovias Federais, as Ferrovias, não são mais de competência do Estado, passando para o IBAMA. O material que vai ser retirado em Patrocínio vai ser transportado e vai ser beneficiado lá no complexo minerário de Araxá. O processo lá tem um licenciamento ambiental com validade até 10/05/2018. Lógico que ele tem que explorar e beneficiar isso dentro da capacidade que está licenciada, então, nós não vemos problema nisso desde que ele opere dentro do que está licenciado, estabelecido na licença dele anterior. Agora, com a colocação do, eu esqueci o nome, do Felipe; aquelas alterações foram apresentadas no EIA, como você falou e o próprio estudo tem interferência geológica local e de atividade antrópicas que ocorrem na área. Então, eu acho que é muito interessante fazer esse levantamento prévio para ver a partir daquele momento, da entrada de um novo empreendimento, você saber e fazer um monitoramento de possíveis alterações que possam ocorrer ali durante a instalação e operação desse empreendimento. Agora, com relação aos demais questionamentos, a colega aqui olhou, se refere a questões dos programas sociais, mas especificamente seria interessante que vocês chamassem a empresa e discutissem com eles qualquer alterações possíveis. No meu entendimento o Parecer da forma como está é o nosso Parecer. FELIPE RUSSO (CEFET): Eu acho que o Parecer, é aquilo que eu tinha comentado, para o local ele está impecável, é indiscutível, visto ser o trabalho em background, eu concordo, tem que ser feito mesmo porque no futuro a empresa pode estar questionando se está causando danos ou não, a gente tira esse questionamento. Mas, a partir desse momento que a gente faz a transposição desse material para outra cidade, naquele afã como diminui muito o impacto, a coisa ficou com um problema muito menor que parecia, eu acho que a gente passou despercebido esse transporte indireto de água para outra Bacia, o que indiretamente é uma transposição e isso preocupa porque em alguns pontos tem água imprópria para utilização e a gente não pode permitir que isso aconteça em outra cidade que não tem nada a ver com a história. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Felipe. Mais alguma manifestação da SUPRAM? NAYARA (SUPRAM): Em relação ao questionamento, no que se refere à realocação das famílias para a Comunidade de Santo Antônio da Lagoa Seca, a gente quer lembrar que houve uma reestruturação no programa inicial que essas famílias seriam realocadas e para quais comunidades, contemplando aqui a Fazenda 02 Irmãos, que seria a área anfitriã e principalmente a Comunidade que não seria inicialmente a Comunidade de Lagoa Seca, levando em consideração até que algumas famílias agora nesse momento nem serão mais realocadas. No momento da escrita do Parecer algumas famílias ainda não tinham a sua situação definida, mas já havia um indicativo de que esta Comunidade de Santo Antônio da Lagoa Seca viria a receber mais famílias do que havia sido previsto inicialmente. Lembrando até que este foi um fato colocado na própria Audiência Pública lá em Patrocínio pelo representante do Centro Comunitário de Santo Antônio da Lagoa Seca. Como havia a previsão da construção da Igreja e do Centro Comunitário inicialmente somente na Comunidade de Morro Alto, a equipe achou que para contemplar essa nova Comunidade que seria alvo também dessa realocação, nós incluímos a Condicionante nº 17, que se os Conselheiros fizerem a leitura, principalmente no 2º item que é: *“Apresentar o relatório final conclusivo das ações realizadas no âmbito de aquisição assistida”*, principalmente a letra C; seria *“a viabilidade socioeconômica das unidades domésticas de consumo e produção e estruturas sociais das famílias da Comunidade de Morro Alto e Santo Antônio da Lagoa Seca”*. Justamente porque essas características ainda não haviam sido constadas no estudo,



393 como havia essa possibilidade de que novas famílias seriam realocadas nessa Comunidade de
394 Santo Antônio da Lagoa Seca, a gente incluiu essa Condicionante para que a gente tivesse o
395 entendimento das estruturas socioeconômicas, das estruturas domésticas e quais famílias
396 seriam de fato realocadas para que posteriormente a gente pudesse colocar uma
397 Condicionante que contemplasse essa Comunidade. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. É isso?
398 Frei Rodrigo o senhor quer fazer uso da palavra? A palavra está aberta. FREI RODRIGO
399 (AMEDI): Sim. Eu gostaria de voltar à questão do licenciamento lá de Araxá. Está claro aqui
400 no processo, mas eu gostaria de saber se isso contempla receber material de outra mina?
401 Porque essa licença é para o complexo minerário de Araxá, não fala em local nenhum que vai
402 ser transferido o material de um Município para outro. Que ela esteja licenciada ninguém está
403 questionando, eu quero saber se ela vai receber, se pode, se tem licença para isso? Porque nós
404 temos que ser tão precisos na questão dos licenciamentos, se vai ser Estadual, Federal.
405 AMILTON (SUPRAM): Eu não vejo nenhum problema, tem uma capacidade máxima para
406 operar, se ele vai pegar a matéria-prima de cá ou de lá, desde que tenham as respectivas
407 licenças, eu não vejo problema algum. FREI RODRIGO (AMEDI): Vão gerar os mesmos
408 resíduos? Vai ser tudo igual? AMILTON (SUPRAM): Os mesmos resíduos. FREI RODRIGO
409 (AMEDI): Essa licença permite que eles façam isso? Minha pergunta objetiva é essa.
410 AMILTON (SUPRAM): Como eu falei para você, eu não vejo problema algum. FREI
411 RODRIGO (AMEDI): Não é não ver problema, a questão é se pode ou não pode. AMILTON
412 (SUPRAM): Na minha opinião pode, sem problema algum. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM):
413 Na opinião do Diretor Técnico pode, pois ele tem a licença para a capacidade instalada.
414 Então, se ele vai pegar de uma mina ou de outra, ele tem a licença para tratar esse minério.
415 Então, ele tem a capacidade para tratar, como o Amilton falou, a questão de mina de
416 Patrocínio, que Araxá está em final, ele pode receber, tanto é que Tapira manda para Uberaba.
417 FREI RODRIGO (AMEDI): Tem licença para isso, tem o minério-duto. JOSÉ ROBERTO
418 (SUPRAM): Justo. No caso aqui vai de trem. FREI RODRIGO (AMEDI): Fundação licenciada
419 recebia material de outra mina da Vale, por exemplo, deu no que deu. JOSÉ ROBERTO
420 (SUPRAM): Aqui nós temos a questão só de Patrocínio, como está no estudo. RICARDO
421 (PRESIDENTE): Obrigado, José Roberto. Nós temos algumas inscrições para falar nesse
422 processo. Mais alguma manifestação da equipe técnica da SUPRAM? Ok. Nós temos algumas
423 inscrições para falar nesse processo, primeiro inscrito aqui é o Sr. Ricardo Carneiro. A palavra
424 está aberta. **Áudio não identificado – fora do microfone.** RICARDO (PRESIDENTE): Ok.
425 A Sra. Carolina Oliveira, quer fazer uso da palavra? Também não, está dispensando. A Sra.
426 Patrícia Bento Moreira. Também dispensa o uso da palavra. Não está muito claro aqui para a
427 gente, Helga Vieira Agressia? Também não. Sr. Camilo Silva, pois não. CAMILO SILVA
428 (VALE FERTILZANTES): Bom dia Sr. Presidente. Bom dia Senhores e Senhoras
429 Conselheiros. Meu nome é Camilo Silva, pela Vale Fertilizantes. Eu gostaria de mostrar três
430 breves complementações sobre os esclarecimentos, já muito prudentemente e tecnicamente
431 feito pela equipe da SUPRAM. Eu anotei três pontos aqui que eu acho que vale a pena fazer
432 menção. Primeiro delas é a possibilidade da constituição de uma RPPN; a Vale tem 12 mil
433 hectares de RPPN constituídas no Brasil. Então, de um certo tempo para cá, numa discussão
434 até de âmbito nacional, ela percebe que a constituição de pequenas RPPN's isoladas já deixam
435 de cumprir o papel pela qual ela se constituiu e ela tem buscado dentro de uma política,
436 incorporar áreas de RPPN's às RPPN's já existentes para dar um valor ambiental muito mais
437 robusto e esta política da empresa. Desta forma, nós não achamos pertinente a criação de uma
438 RPPN no município de Patrocínio. Em relação às estruturas da região da Lagoa Seca, nós já
439 estivemos lá, inclusive com Conselheiro presente, em reuniões públicas apresentando aos
440 moradores da região que todas as estruturas previstas e solicitadas por eles num levantamento
441 prévio, feito por uma equipe de âmbito social, serão executadas e além disso, todas as famílias



já estão mudando para lá. Já estão mudando com uma condição de; primeiro, moradia absolutamente melhor do que estavam, condição de desenvolvimento das atividades agrícolas e/ou de qualquer criação que faziam, cercas já estão todas providenciadas, acessos, eletrificação, água. Então, o senhor como mora lá, o senhor sabe muito bem que esses benefícios estão trazendo, inclusive, valorizando as propriedades da região. Em relação à Araxá, embora não seja o escopo desse licenciamento, acho pertinente a gente esclarecer. Primeiro, talvez respondendo uma pergunta sobre a possibilidade de transporte de minério de uma cidade para outra, isso é absolutamente comum na mineração. Os ativos de mineração são investimentos de grande porte e a longevidade do uso dele parte essencialmente de minas próximas e depois para minas mais afastadas. Hoje, dentro da Vale Fertilizantes, nós já temos duas atividades que buscam minério de outra cidade. Uma, que é a mina de potássio, em Sergipe, e outra a mina de fosfato aqui de Catalão que busca minério de Ouvidor. Na área de minério de ferro isso é absolutamente frequente, porque muitas vezes as divisas geopolíticas são Serras e normalmente as Serras são estruturas minerais preservadas. Então, é absolutamente comum você ter minério de uma cidade indo para outra, sem nenhum problema. Independentemente disso, todo o nosso compromisso com Araxá é de manter o monitoramento de nossos efluentes e potenciais impactos. Um processo em separado está sendo feito para atender a legislação vigente em que nós vamos reforçar o compromisso da utilização do minério de Patrocínio e Araxá. Apenas para complementar como curiosidade, o minério de ferro, os minérios são susceptíveis a dissolução pela água, felizmente, o Brasil, pelo clima, gerou geologicamente minerais oxidados e sua potencialidade de solubilização é muito pequena e a possibilidade de contaminação é muito pequena, diferentemente de outros minerais, sulfeto, por exemplo, ele tem uma potencial de geração ácida, isso realmente é muito danoso, não é definitivamente o nosso caso. Independentemente disso, a Vale, para manter o seu princípio de entendimento aos requisitos a técnicos internacionais, executa ensaios laboratoriais com validação internacional e comprova a inertização de seus efluentes. Então, eu acredito que com isso não teremos nenhum risco em Araxá. Independentemente disso, um programa de monitoramento com as Condicionantes atribuídas ao processo de Araxá, que já é executado há muito tempo e continuará sendo feito. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado, Camilo. Tem mais alguns inscritos aqui. Antônio Geraldo, só verificar se o pessoal vai fazer uso da palavra. Se inscreveram para fazer uso da palavra nesse processo Marcelo Lopes, José Antônio. Pois não, Sr. José Antônio. JOSÉ ANTÔNIO: Bom dia a todos e a todas. Eu sou José Antônio Ventura, sou Presidente do Quilombola Famílias Teodoro de Oliveira e Ventura, de Serra do Salitre, Patos de Minas e o berço Patrocínio. Somos certificados pela Palmares desde 2008. Em 2014 ficou acordado com o Procurador Federal Onézio Amaral e também com a Dra Lucy, do INCRA, em Serra do Salitre que seria feito um Termo de Salvaguarda de todo Patrimônio Quilombola e que a Comunidade Quilombola seria convidada a participar das Audiências Públicas, de acordo com Convenção 169 da OIT e até ontem a Comunidade jamais foi consultada. Nosso Patrimônio está sendo destruído, nossas ervas medicinais, da época das relações com escravos, que nós somos quilombolas desde a época das Sesmarias, nós somos herdeiros em testamento das terras do Quilombo do Ambrózio, deixadas pelo Fazendeiro José da Silva Botelho, registrada no Cartório de Patrocínio. A sociedade parece que não nos vê, mas nós estamos aí há mais de 02 Séculos, brigando, nós somos resistentes. E tanto na parte da nossa tradição do Moçambique, do Congado, da nossa religião da Matriz Africana e da nossa luta pela salvaguarda de nossos documentos históricos, de acordo com a Norma da Constituição, do Artigo 216 e essas Normas não estão sendo respeitadas. Inclusive, até o Sítio Arqueológico de Serra do Salitre está sendo destruído, já tombado pelo IPHAN. Nós passamos por um acordo com o INCRA, que seria feito a titulação das terras onde o primeiro laudo foi feito pela



própria Fوسفertil, esse laudo está para ser publicado desde 2012. A Comunidade parou, está sendo pressionada, os jovens quilombolas a deixar de serem quilombolas para almejar o emprego e a gente gostaria que tivesse uma atenção maior do órgão ambiental, que essas recomendações do Ministério Público fossem observadas. Esse livro aqui tem todas as recomendações do Ministério Público, tem todo laudo da 6ª Câmara, tem todo parecer do IPHAN, porque o IPHAN fez o primeiro laudo e depois contratou outra empresa para terminar o laudo; essa outra empresa veio tentando desfazer toda historicidade de nossas famílias. Nós entramos com a contra prova e até ontem o IPHAN não nos respondeu. A gente acredita que na parte ambiental nós tivemos árvores cortadas de 200 anos dentro do nosso sítio arqueológico. E as outras estão botando gasolina e queimando a outra árvore à noite. Nós denunciemos, está tudo registrado aqui, a gente sabe onde a Mata do Cedro, a Mata da Bananeira, nós temos posse lá da época da Sesmaria, com testamento, com documentos e até hoje parece que não nos viram. Quando perguntam, vocês estão lá? Nós temos a nossa base, a gente foi afastado, por quê? Chegaram com escritura, chegam com trator e máquinas, passam a rodovia, soltam dinamite, quem vai ficar lá? Se a gente ficasse lá não estaria contando a história. Mas nós temos todos os Pareceres do Ministério Público e gostaria que tivesse uma atenção bem concentrada na parte ambiental, patrimonial e cultural da preservação das nossas comunidades, que vai desde aqui Monte Carmelo até Patos de Minas. Aqui, antes os núcleos ficavam no meio das matas, aí nos tiraram as Matas para plantar soja, aí nós ficamos desprotegidos; contaminaram nossos rios, nós não temos mais pesca, não temos mais riachos, não temos mais córregos, não temos mais plantações, porque nos tiraram, só ficamos com os documentos e a nossa cultura do Moçambique, da Matriz Africana e a nossa história gravada no livro da história como remanescentes, donos do território que foi do lendário Quilombo do Ambrósio, de Minas Gerais. Muito obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado, Sr. José Antônio. Tem mais uma inscrição aqui, igualmente, eu não consigo entender bem a letra. Mais alguém para falar nesse processo? Não. Obrigado. Eu vou abrir então a palavra ao Antônio. ANTÔNIO GERALDO (ANGÁ): Bom, o Camilo falou a questão das RPPN's, mas Camilo, é de suma importância para o Município de Patrocínio que a gente tenha isso. O impacto é Patrocínio e a gente gostaria que isso ficasse lá. Então, é um pedido que a gente, como representante de uma ONG, que criasse essa. É 700 hectares ou 800 hectares, mas isso é um patrimônio do Município, então, a gente gostaria que isso ficasse lá. Com relação a Santo Antônio da Lago Seca, eu até me lembrei aqui agora, a questão de assistência técnica. Algumas famílias que foram para lá, Camilo, não estão tendo assistência técnica adequada. Estão plantando lá sem assistência, colocaram gado lá sem assistência. Eu acho que deveria olhar essa questão lá, primeiro, a questão de regularização de água, eu estou vendo lá o vizinho meu plantando limão, provavelmente ele vai ter que irrigar e isso ele vai ficar irregular. Se ele for fazer isso ele vai estar irregular. Eu perguntei para ele, está acompanhando tecnicamente o seu plantio aí? Não. Estou plantando da minha cabeça. Então, vai ter que ter um olhar muito especial com relação a isso. A própria Kenya, que a SUPRAM acatou todas as recomendações dela aqui, ela fala que corre o risco de empobrecimento. Então, isso tem que agir antes do pessoal estar assumindo, que é a questão de regularização deles lá. Isso fica muito solto. Com relação a infraestrutura da Comunidade, concordo com você Camilo, a gente conversou numa reunião antes de ser Pública, mas segundo o Presidente do Conselho, ele até queria vir, mas não teve jeito dele vir, ele falou, quero que construa junto à Comunidade, não é trazer pronto e falar nós vamos fazer isso aqui. Isso ele foi bem claro para mim ontem. Ele falou, quero que seja construído participativamente, não é chegar e falar que está pronto, que a Vale fez dessa forma e eles vão ter que se sujeitar a isso. Então, isso foi um pedido que ele fez, que isso seja discutido nas reuniões do Conselho Comunitário e também do Conselho da Pastoral, isso tem que ser discutido lá na própria Comunidade. Eu



tenho visto, Camilo, que inclusive estão fazendo as casas mesmo, estão ficando boas, a gente entende isso, é um ganho, mas essas questões que eu estou colocando que não sejam de cima para baixo, que isso fique bem claro para eles. Tudo que é bem combinado não é caro. Então, evita às vezes de reclamações depois. E lembrei aqui agora também, alguns produtores me reclamando a questão de Reserva Legal das propriedades, que vão arrancar café para refazer as Reservas Legais, agora, no meu entendimento, como tem área florestada lá naquela área que vai ser assentada, apesar de ter escrituras eu acredito que o CAR pode unificar isso, porque não essas áreas que já estão reflorestadas serem a Reserva Legal desse pessoal? Uns 03 ou 04 me reclamaram isso, disseram eu tenho até Reserva em outro lugar, eu posso colocar, agora vai arrancar o café. Eu vejo um problema, porque é do lado da estrada de ferro e todo ano a gente vê o fogo queimar tudo lá. Então, vai arrancar café, fazer a Reserva Legal do lado da estrada de ferro, quantas vezes eles tentaram fazer isso lá e não conseguiram e lá tem área em Mata ainda, em Cerrado, que ainda não mexeu, está lá. Eu acho, viu Camilo, que deveria dar uma olhada nisso também para essa questão dessas famílias. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Antônio. Eu vou abrir a palavra ao Camilo, da Vale, apenas para fazer um esclarecimento breve com relação a isso, para que a gente possa passar à votação efetiva do item. CAMILO SILVA (VALE FERTILZANTES): Serei breve, obrigado Sr. Presidente. Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras, obrigado pelos comentários do Sr. Antônio Geraldo, sempre na busca de uma solução, de uma construção em parceria com a empresa. Para os Conselheiros e Conselheiras que não conhecem, o programa de realocação da Mata da Bananeira inclui aproximadamente 46 famílias, é um programa único no Brasil, sem similar, em que nós oferecemos ao realocado uma propriedade duas vezes maior que a que ele tinha antes, uma área que ele escolheu, que ele definiu, com a infraestrutura reconstruída, da forma que ele tinha anterior. Se ele tinha uma casa com 03 cômodos, uma casa nova com 03 cômodos será construída; se ele tinha uma pocilga, uma pocilga nova é construída. Tudo isso entregue, regularizado, absolutamente dentro da Lei vigente Nacional. E além dessa entrega, que previamente passou por uma discussão ampla, nós também vamos fazer um acompanhamento durante anos para ter a garantia que essa pessoa mantenha a sua condição anteriormente. Alguns problemas estão realmente acontecendo, talvez, uma pressão que a empresa tem feito, inclusive na SUPRAM, aqui neste caso, e estamos conseguindo, ontem conseguimos mais ainda, foi as outorgas dos poços para os moradores, que a gente não tinha essas outorgas na mão. Então, às vezes a pressão que empresa faz é para atendimento a um problema social desse tipo, já estamos com elas sendo regularizadas. É importante também dizer aos Senhores Conselheiros e Conselheiras que nós temos um inquérito civil público movido pelo Ministério Público, que faz o acompanhamento detalhado desse processo o tempo inteiro, nós temos todo o acompanhamento e prestamos conta de toda sua condução adequada e de acordo com as expectativas das pessoas que estão sendo realocadas. Eu queria brevemente também fazer um breve comentário sobre a manifestação do Sr. José Antônio. Queria esclarecer aos Senhores Conselheiros e Conselheiras que a Vale, ainda na época da Fosfertil, como uma Condicionante do Processo, em 2009 atendeu a determinação de constituição de um relatório técnico de identificação e delimitação da área quilombola. Esse trabalho foi feito, definido, a região foi estabelecida como a mais de 12 km da atual área que nós estamos. Uma Portaria Ministerial estabelece que impactos até 08 km devem ser considerados. Nós não temos nenhuma interferência, nenhuma das citações feitas pelo Sr. José Antônio aqui tem responsabilidade da Vale, lá na região. Então, só um breve esclarecimento para atender a demanda. Muito obrigado senhores. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado, Camilo. Vamos passar. Sr. José Antônio, eu vou abrir a palavra ao senhor por um minuto, prazo regimental para que a gente não se delongue mais nessa discussão. JOSÉ ANTÔNIO: Inclusive, eu falei que. RICARDO (PRESIDENTE): O senhor



589 poderia se identificar, por favor. JOSÉ ANTÔNIO (PRESIDENTE DO QUILOMBO DE
590 PATOS DE MINAS, SERRA DO SALITRE E PATROCÍNIO): Em 2009 realmente teve esse
591 laudo antropológico, que foi feito pela Fosfertil, só que em 2012 a Palmares retificou a área e
592 o Ministério Público, através da 6ª Câmara, fez as recomendações para que fosse feito um
593 estudo e também a preservação e salvaguarda de todo patrimônio, inclusive a inclusão da
594 Mata do Cedro, da documentação dos Quilombolas que o INCRA tinha deixado de fora. Essa
595 documentação está toda protocolada no Ministério Público, a gente está pedindo a
596 salvaguarda e também estava tentando mover uma ação civil pública para o descaso da
597 comunidade nunca ter sido chamada para uma Audiência Pública para defender a sua
598 historicidade, a sua cultura e o seu Patrimônio, que foi esbulhado pelos posseiros e
599 fazendeiros da época. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado, Sr. José Antônio. Pelo jeito o
600 senhor já está tomando as providências cabíveis. Pois não, Sr. Antônio. ANTÔNIO
601 GERALDO (ANGÁ): Eu esqueci de dizer o seguinte, que a gente mandou um laudo técnico
602 para o Sr. Robson Rodrigues, a gente gostaria que ele fizesse parte do processo, da questão
603 arqueológica que foi emitida pelo Arqueólogo aqui da UFU e a gente gostaria que fizesse
604 parte do processo. RICARDO (PRESIDENTE): Sim, estou sendo informado aqui pela parte
605 técnica jurídica da SUPRAM Triângulo que o documento vai ser incluído no Parecer. Bom,
606 vamos passar então para a votação do item 5.1. Eu vou fazer inicialmente a votação do
607 Parecer da SUPRAM e depois colocar em votação para os Conselheiros a Condicionante
608 sugerida pelo representante da CEFEF Araxá. Então, aos que concordam com o Parecer da
609 SUPRAM permaneçam como estão, se manifeste ou se abstenham. Item aprovado. Item 5.1
610 aprovado de acordo com o Parecer da SUPRAM Triângulo. Em relação à Condicionante
611 sugerida pelo representante da CEFET, eu recebi uma redação aqui e vou fazer a leitura, na
612 sequência a gente vota a inclusão ou não da Condicionante sugerida: *“Garantir que o efluente*
613 *descartado pela Vale – Araxá tenha qualidade equivalente ao background da água da mina*
614 *de Araxá. O prazo seria na formalização da Licença de Operação (LO)”*. E a frequência,
615 provavelmente a frequência de análise, não é Conselheiro, seria semanal. Está bem claro para
616 os Senhores Conselheiros a redação da Condicionante? Então, eu vou colocar em votação. Os
617 que concordam com a inclusão da Condicionante, por favor, se manifestar, os que concordam
618 com a inclusão da Condicionante. Áudio não identificado – fora do microfone. RICARDO
619 (PRESIDENTE): Tudo bem, vamos alterar a ordem da votação. Os que concordam com a
620 inclusão da Condicionante permaneçam como estão. Bom, aprovada então a inclusão, sem a
621 manifestação de ninguém a contrário. Aprovada a inclusão da Condicionante sugerida pelo
622 Conselheiro da CEFET – Araxá. Vamos passar ao item 6. **Processo Administrativo para**
623 **exame da Licença Prévia.** Como eu havia dito aos senhores a gente vai fazer uma inversão
624 na pauta por questões técnicas e vamos colocar em votação inicialmente o item 7.2 – Usina
625 Cerradão Ltda. Nesse item nós temos um destaque do Dr. Alam, é Ministério Público?
626 ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Eu queria só pedir o esclarecimento, pode ser
627 inicialmente da SUPRAM. Eu já conversei com eles, informalmente antes da reunião,
628 conversei com o empreendedor também, mas acho que a questão poderia ser esplanada aqui
629 pela SUPRAM, para que todos os Conselheiros tenham maiores informações a cerca do
630 assunto que é problema. Fui Promotor de Justiça lá em Frutal durante mais de 08 anos e
631 acompanhei o problema muito grave lá com relação à infestação da mosca dos estábulos, que
632 está no Parecer, mas talvez para alguns Conselheiros isso tenha passado um pouco mais
633 batido. Sei do impacto que isso vinha gerando lá na Comunidade, principalmente para os
634 pequenos produtores de gado leiteiro, como a queda significativa na produção por causa dessa
635 infestação, que vinha crescendo por conta da colheita mecanizada da cana na área. O próprio
636 Parecer menciona que era uma medida que já vinha sendo feita quando eu estava lá em Frutal,
637 que é a queima profilática da palha da cana para poder controlar esse surto. O que no entanto



638 não é uma medida ambientalmente com impacto positivo, uma vez que vinha sendo superada,
639 justamente para evitar o seu impacto, agora, a gente queima para poder evitar o surto da
640 mosca. Parece que isso tem sido feita análises pela EMBRAPA, pelo IMA, pelo menos seria
641 uma solução definitiva e satisfatória do problema. Eu queria, só por gentileza, que o Rodrigo
642 da SUPRAM prestasse umas informações para os Conselheiros a respeito do levantamento
643 feito no local e dos esforços que estão sendo feitos pelo empreendedor, se o empreendedor
644 está fazendo tudo que deveria ser feito, como que está este controle, Rodrigo? RODRIGO
645 (SUPRAM): Bom dia a todos. Dr. Alam, igual conversamos antes da reunião, mas fazer o
646 esclarecimento a todos. Algumas reuniões atrás houve uma manifestação em outro processo
647 aqui, da mesma tipologia, de um assentado fazendo uma reclamação justamente a respeito das
648 moscas dos estábulos, na região de Campo Florido. A gente já tinha ciência dessa situação em
649 algumas localidades, mas a partir dessa manifestação a gente começou a ter um olhar mais
650 adequado a essa questão. Aproveitando, nesse empreendimento da Usina Cerradão, em Frutal,
651 ele já tem essa incidência já há algum tempo, desde a época que o Dr. Alam era Promotor da
652 Comarca lá. A gente já iniciou alguns trabalhos com essa questão, referente a este assunto,
653 tanto é que a empresa já tinha no seu licenciamento a questão do monitoramento contínuo nas
654 áreas de entorno na questão da Mosca dos Estábulos, a incidência e já vinha tomando uns
655 procedimentos de orientação, de esclarecimento, de procedimentos técnicos, questões de
656 aplicação das lâminas de vinhaça, enfim, de todo procedimento técnico do cultivo da cana, ela
657 já vem tomando esses cuidados. Porém, não está tendo uma eficiência esperada. Isso também
658 é até atestado nos próprios estudos feitos pela EMBRAPA, principalmente a EMBRAPA do
659 gado de corte de Mato Grosso, que é a que tem estudado mais essa questão. A gente foi
660 pesquisar e tem cerca de 07 ou 08 artigos publicados pela EMBRAPA, inclusive tem um
661 Comunicado Técnico de 2013 onde ela mesa recomenda, após toda aplicação dos
662 procedimentos técnicos, onde não há efeitos satisfatório, ser autorizada a queima profilática,
663 porque, infelizmente, não há uma alternativa viável em casos extremos de surto que não seja a
664 queima. Infelizmente não há e isso foi justamente pelos históricos dos estudos apresentados
665 que já tem referências de estudos dessa questão desde 1970, na região de São Paulo, mas,
666 como era feito a colheita da cana com queima, nunca se verificou questões de surtos. Isso
667 justamente se verificou após a eliminação da queima, porque o melhor procedimento de
668 eliminação de pragas é a queima. Então, após a eliminação da queima surgiram varias
669 questões técnicas para a atividade sanar, com relação a pragas, enfim, a mosca é uma delas. A
670 mosca sempre existiu, a mosca não é um animal criado pela atividade de cultivo de cana, ela
671 sempre existiu na pecuária. O que está ocorrendo agora são questões de surtos, que são
672 potencializados pela atividade de cana-de-açúcar. Então, não adianta também o
673 empreendimento sucroalcooleiro fazer a sua parte e o seu entorno também não participar
674 dessas questões. Tanto é que no processo de revalidação a gente condicionou a Usina a
675 apresentar uma proposta para ser incluída no PEA, incluindo todos os atores da cadeia
676 pecuária, dos órgãos relacionados, para eles trabalharem em conjunto, para eles chegarem a
677 uma alternativa em conjunto. Não adianta só a Usina ir lá, prestar assistência e fazer o
678 acompanhamento, igual eles já fazem. Eles têm uma empresa contratada que faz esse
679 acompanhamento, presta todas as orientações, faz as identificações, faz as aplicações quando
680 necessário, mas, enfim, na vistoria a equipe da SUPRAM fez um extenso trabalho
681 percorrendo a área de influência da Usina. Nós fomos em áreas onde foram identificados os
682 surtos, conversamos com os proprietários das Fazendas e eles mesmo nos atestaram, olha a
683 Usina presta o auxílio, faz o acompanhamento, vem aqui; quando tem surto manda o pessoal
684 fazer a aplicação, mas tem momento que não é satisfatório. Existem momentos em que não há
685 outra alternativa sem ser a queima. O que ocorria anteriormente? Se verificava o surto
686 primeiro, o pessoal ia lá na Promotoria, questionava o IMA, e o IMA emitia o Laudo para o



IEF autorizar a queima e isso o surto já ocorrendo. O que nós fizemos a partir desse processo? O que aí é uma tentativa da gente, até surgir alguma coisa mais eficaz, de tentar resguardar a atividade pecuária que está neste entorno. A gente está fazendo a Autorização Prévia da queima profilática. A Usina fez um levantamento das áreas críticas, próximas às atividades, nos apresentou e nós estamos autorizando previamente para evitar a questão do surto. Porque uma vez estabelecido o surto o prejuízo na atividade pode chegar até 50%, pelos estudos que são apontados. Então, a gente está fazendo isso numa tentativa para ver se a gente consegue ter um controle maior e a Usina vai continuar com os procedimentos estabelecidos, ela não está substituindo os procedimentos pela queima não. A gente está alinhando as duas coisas, infelizmente hoje é uma alternativa que vai ter que ser aplicada nas localidades onde está ocorrendo esses surtos mesmos, infelizmente. **Áudio não identificado - fora do microfone.** RODRIGO (SUPRAM): Isso. E outra característica também, que até o Diretor está me lembrando aqui, a Usina Cerradão faz o recolhimento de palha em campo, está fazendo enfardamento, ou seja, ela está realizando vários procedimentos técnicos que são recomendados e mesmo assim ainda há casos de surto. Então, a SUPRAM, nesse caso, após toda verificação ela está sugerindo e está autorizando a queima profilática da cana, conforme procedimento da EMBRAPA. E no próximo ano nós vamos estar verificando qual foi o efeito disso, como que está sendo trabalhado para a gente ver quais os próximos passos a serem tomados. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Rodrigo, só para deixar claro. Por enquanto não foi constatada nenhuma falha no cumprimento do programa da empresa com relação ao excesso de fertirrigação, fora dos limites estabelecidos? RODRIGO (SUPRAM): Não. As lâminas estão adequadas, de acordo com PAV, infelizmente são características mesmo da região. É temperatura e umidade. Então, pelos estudos que existem, a região é propícia ao desenvolvimento da mosca, por causa de temperatura e umidade constante. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Satisfeito com os esclarecimentos, era mais para levantar a discussão. RICARDO (PRESIDENTE): Ok, Alam Rodrigo. Pois não. RUI RAMOS (FIEMG): Eu queria salientar também, Dr. Alam, que a gente tem acompanhado, eu estou lá na região próxima a Frutal, quando tem uma condição quanto mais pecuária existe próximo da unidade o problema se agrava. Então, esse é um problema que está surgindo no setor da cana-de-açúcar no Brasil todo, em vários Estados. A Cerradão sempre sofreu um pouquinho mais e isso há algum tempo em função de ter uma área grande, o que não ocorre na maioria das outras Usinas, aonde a pecuária diminui, foi para o confinamento. O SIAMIG (Sindicato das Usinas de Minas) está preocupado com isso, juntamente também com outros Estados, contratou EMBRAPA. Ontem, inclusive, eu estive na Assembleia Legislativa, participando lá da Audiência Pública da Comissão do Meio Ambiente, e o Bertholdino, que foi o Diretor do Estado do IEF, ele está hoje no setor novamente e ele estava indo para uma reunião na EMBRAPA hoje, justamente para dar andamento no contrato, nessa assessoria que a EMBRAPA está dando para o setor aqui em Minas Gerais. Então, eu acredito e tenho certeza que a Usina Cerradão tem procurado fazer tudo que é possível, mas, infelizmente, como o senhor falou, houve um ganho ambiental na não queima da cana e surgiram outros problemas que precisam ser resolvidos, precisamos encontrar a solução o mais rápido possível. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado, Rui. Nós temos uma inscrição para falar nesse processo. Sr. Bruce Amir. Ok. Não quer fazer uso da palavra. Ele estava inscrito para o item 6.1 também. Então, já fica dispensado. Vamos colocar em votação o item 7.2, na sequência a gente volta ao item 6.1. Os que concordam com o Parecer emitido pela SUPRAM Triângulo permaneçam como estão, se manifestem ou se abstenham. Item aprovado. Voltamos então ao item 6.1, também tem um destaque do Promotor de Justiça, Alam. Seria essa mesma questão da mosca de estábulos. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Satisfeito Presidente. Era só por conta da inversão da ordem. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Muito obrigado. Vamos



colocar em votação o item 6.1. Os que concordam com o Parecer emitido pela SUPRAM permaneçam como estão. Item aprovado. Passamos então ao item 7.1 - Usina de Laticínios Jussara S.A. Nesse item nós temos um destaque também do Promotor de Justiça Dr. Alam e da Glaucimar, do CODEMA. GLAUCIMAR (CODEMA): A minha questão é com relação às Condicionantes que foram colocadas para a empresa, eu acredito que ficou faltando a questão de 02 Condicionantes. A questão da análise de montante do efluente tratado, montante e jusante do ponto de lançamento no curso d'água e apresentar o Certificado de Consumidor de Lenha expedido pelo IEF, anualmente. Essas duas questões, a meu entender, faltaram nas Condicionantes. JULIANA (SUPRAM): Concordo com a sugestão, vou ler como que fica o texto alterado em relação ao Anexo I, que são as Condicionantes. Eu gostaria de incluir a Condicionante nº 03: "*Apresentar o Certificado de Consumidor de Lenha, emitido pelo IEF. Prazo: Anualmente*". E em relação ao Anexo II, do Programa de Monitoramento, no item 4, referente aos efluentes líquidos, na página 17, eu gostaria de adicionar um item também, nos efluentes líquidos, local de amostragem: "*A montante e a jusante no ponto de lançamento no corpo do receptor. Parâmetros Ph DBO e DQO, sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis, sólidos totais e solvidos, óleos e graxas e sulfetos. Frequência: Trimestral*". GLAUCIMAR (CODEMA): Satisfeita. Obrigada. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Obrigado. Dr. Alam. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Bom, manifestação de praxe, empreendimento Classe 5, de acordo já com entendimento do Ministério Público, sugestão de inclusão de Condicionante de compensação do SNUC, uma vez que o impacto ambiental é presumido pelo próprio Estado de acordo com a classificação e segundo entendimento doutrinário jurisprudencial, a realização do EIA/RIMA não é imprescindível para a compensação. Sugestão de inclusão da compensação com a redação padrão. RICARDO (PRESIDENTE): OK. Obrigado. Vamos colocar em votação, inicialmente o Parecer da SUPRAM com as adequações realizadas pela técnica e na sequência a gente coloca em votação a inclusão da Condicionante sugerida pelo Dr. Alam. Os que concordam com o Parecer emitido pela SUPRAM, para o item 7.1 Usina de Laticínios Jussara S.A., com as adequações já feitas, permaneçam como estão. Item aprovado. Vamos colocar em votação então a inclusão do SNUC, cuja redação é: *Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF (Instituto Estadual de Florestas), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da licença, processo de Compensação Ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF número 55 (cinquenta e cinco) de 23 (vinte e três) de abril de 2012 (dois mil e doze)*". Os que concordam com a inclusão da Condicionante do SNUC permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Pois não, Rui. RUI RAMOS (FIEMG): Pelo posicionamento da orientação da FIEMG, voto contra, pela não existência do EIA/RIMA. RICARDO (PRESIDENTE): Registrando o voto contra da FIEMG. GUILHERME (DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO): Também, mantendo coerência com o posicionamento anterior, voto contra a Condicionante da compensação. RICARDO (PRESIDENTE): Pois não, mais alguma manifestação? Com isso está aprovada a inclusão da Condicionante do SNUC para o item 7.1. Vamos então ao item 7.3 - Distribuidora de Combustíveis Masut Ltda., nesse item tem destaque também Dr. Alam. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Mesma manifestação, inclusão da Condicionante, uma vez que é empreendimento Classe 5. Desculpa, Condicionante da compensação da Lei do SNUC. RICARDO (PRESIDENTE): Faremos da mesma forma, vamos votar inicialmente o Parecer da SUPRAM. Aos que concordam com o Parecer emitido permaneçam como estão. Item aprovado. A gente coloca em votação agora, eu acho que dispensa a leitura novamente da redação da Condicionante do SNUC. A inclusão da Condicionante do SNUC, sugerido pelo Conselheiro Promotor de Justiça, Dr. Alam. Aos que concordam com a inclusão permaneçam como estão, aos que discordam, por favor, manifestar. GUILHERME



(DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO): Mais uma vez tendo o mesmo posicionamento, contra a Condicionante. RUI RAMOS (FIEMG): Contra, pela não existência do EIA/RIMA. RICARDO (PRESIDENTE): Ok, obrigado. Registrada as discordâncias dos Conselheiros. A inclusão da Condicionante da Lei do SNUC foi deferida para o item 7.3. Passamos então ao item 7.4 - Icatril - Indústria de Café do Triângulo Ltda, nesse item nós temos inicialmente um destaque da SUPRAM. CARLOS (SUPRAM): É apenas um complemento. Na página 06, no item 7.1 Cumprimento das Condicionantes da Licença de Operação, é só acrescentar: “a referida licença foi recebida pelo empreendedor em 05 de outubro de 2010”, apenas um complemento. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Carlos. Feita a correção pela SUPRAM. Tem um destaque também nesse item do Alam. Pois não. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Sugestão da inclusão da Lei do SNUC, uma vez que se trata de empreendimento Classe 5. RICARDO (PRESIDENTE): Vamos fazer da mesma forma dos itens anteriores, colocamos em votação o Parecer emitido pela SUPRAM. Os Conselheiros que concordam com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. Item aprovado. Na sequência colocamos a inclusão da Condicionante da Lei do SNUC, sugerida pelo Dr. Alam, Promotor de Justiça. Os que concordam com a inclusão, por favor, permaneçam como estão, os que não concordam, por favor, manifestar. GUILHERME (DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO): Mais uma vez, contra a inclusão da Lei do SNUC. RUI RAMOS (FIEMG): Contra a inclusão da Lei do SNUC. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Com as manifestações contrárias feitas pelos Conselheiros, mais uma vez a inclusão da Condicionante da Lei do SNUC foi deferido para o item 7.4. Passamos então ao item 8.1 Vale Fertilizantes S.A., nosso último processo da Pauta. Nesse item nós temos destaque do Antônio Geraldo. Frei Rodrigo vai fazer primeiro uso da palavra? O destaque do senhor também está aqui. FREI RODRIGO (AMEDI): Pedido de vista. Na reunião de 19 de fevereiro de 2016 a gente já tinha feito um questionamento sobre essas obras de engenharia que estão sendo feitas lá na Barragem. Então, nós estamos com pedido de vista. RICARDO (PRESIDENTE): Destaque do Antônio Geraldo. ANTÔNIO GERALDO (ANGÁ): Pedido de vista juntamente com o Frei, pelos mesmos motivos. RICARDO (PRESIDENTE): Pois não, o pedido de vista está devidamente justificado. Tem um pedido de destaque também, do CEFET. FELIPE RUSSO (CEFET): Apesar do pedido de vista, a colocação minha é puramente técnica e eu acho que é o tipo de coisa que a gente jamais deveria negar é esse tipo de correção está sendo pedido pela Vale, porque, eu falo isso por quem é especialista em Barragem, fiz Doutorado em Barragem, operou Barragem por 06 anos, com a sapiência e o conhecimento técnico necessário para poder falar isso. Eu acho que postergar isso tipo de coisa coloca em risco a segurança operacional do sistema e a gente viu o que aconteceu com a Samarco. Acho que é um pecado fazer isso que está acontecendo aqui, porque a gente jamais pode colocar a segurança de um empreendimento desse tamanho, de uma Barragem desse tamanho em risco, por um processo que eu conheço. A questão é muito simples, mas as consequências são muito graves. Do ponto de vista operacional a manutenção do sistema de captação onde está não garante a segurança operacional da Barragem. Então, eu acho que é colocar em risco a gestão de segurança da Barragem. Como Conselheiro, eu jamais poderia ir contra uma coisa dessa. Já que pediu vista não tem muito o que fazer, mas o meu posicionamento é extremamente favorável e que isso ocorra o mais rápido possível. THIAGO (FIEMG): Sr. Presidente, também gostaria de pedir vista conjunta em razão das informações já esplanadas pelo nosso colega. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Então o processo vai ser baixado em diligência, com pedido de vista feito pelo Frei Rodrigo, pelo Antônio Geraldo e Thiago da FIEMG, vista conjunta. Registrada aqui a manifestação do Conselheiro da CEFET em relação ao processo. **10. Encerramento:** Com isso a gente encerra a reunião de hoje. Agradecer a todos e um bom dia. Nada mais havendo a tratar, eu, Rogério Garcia Caetano, lavrei a presente Ata que segue



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO
Secretaria Executiva do COPAM

assinada pelo Presidente. Uberlândia, 27 de abril de 2016.

RICARDO RODRIGUES DE CARVALHO (presidente suplente)